

PROCESSO SEI 7910.2022/0000115-4

CONTRATO Nº 004/SPOBRAS/2022

PREGÃO ELETRÔNICO N.º: 017/21/SIURB – PROCESSO SEI:6022.2021/0003270-8

OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA COM FINALIDADE DE READEQUAÇÃO EM 236 ESCOLAS DENTRO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – LOTE 4.

CONTRATANTE: SÃO PAULO OBRAS – SPOBRAS

CONTRATADA: DEKTON ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA

VALOR DO CONTRATO: 3.750.017,49

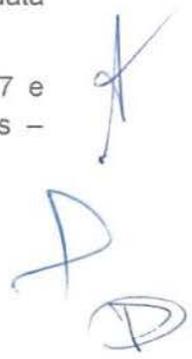
Pelo presente instrumento particular, de um lado a empresa **SÃO PAULO OBRAS – SPObras**, inscrita no CNPJ/MF, sob o n.º 11.958.828/0001-73, com sede na Rua XV de Novembro, nº 165, 7º andar, Centro Histórico, São Paulo/SP, CEP n.º 01013-001, neste ato representada por sua **Diretora de Obras Sra. ADRIANA BOGGIO**, portadora da do RG n.º 19.388.438-2 e CPF n.º 146.471.028-74 e por seu Diretor Administrativo e Financeiro, **PAULO HENRIQUE BISPO DE OLIVEIRA**, portador do RG n.º 34.066.061-2 – SSP/SP e CPF n.º 308.891.488-05, domiciliados nesta capital, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **DEKTON ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 06.297.348/0001-79, com sede na Rua Aimberê, 1068 – conj. O2 – Perdizes - São Paulo – SP, **CEP:** 05018-011, neste ato representada por seu **Sócio**, **JULIO CESAR DUQUE DA CRUZ**, portador do RG nº 30.717.603-4 e CPF nº 283.909.748-60, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato que se regerá pelas disposições da Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos da São Paulo Obras –SPObras, publicado no DOC de 03/07/2018, conforme cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

- 1.1. O presente contrato tem por objeto o fornecimento de material e mão de obra especializada com finalidade de readequação das escolas do Município de São Paulo, que integra o **LOTE 4**, relacionadas no item 3.1. deste instrumento contratual.
- 1.2. Deverão ser observadas as especificações e condições de prestação de serviço constantes do Termo de Referência – Anexo I do Edital, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO CONTRATUAL

- 2.1. O prazo para execução das obras e serviços será de 03 (três) meses, a contar da data fixada na Ordem de Início, que será expedida pela SPObras.
 - 2.1.1. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, nos termos do artigo 117 e seguintes do Regulamento de Licitações e Contratos da São Paulo Obras – SPObras, mediante Termo de Aditamento.



- 2.2. Para a prestação dos serviços a São Paulo Obras – SPObras emitirá "Ordem de Início" ou instrumento equivalente, que deverá, obrigatoriamente, conter: data, número do processo, número do Contrato, número da Nota de Empenho, quantidade dos serviços a ser prestado, área em m² dos serviços, valor, local de prestação dos serviços, prazo, nome do responsável pela fiscalização, assinatura do responsável pela unidade requisitante, data da recepção pela detentora e assinatura de seu preposto com a sua identificação.
- 2.3. Verificada a necessidade de alteração contratual, quer quantitativa, quer de prorrogação de prazo, que envolva modificação do Cronograma, este deverá ser feito e apresentado à Fiscalização no prazo de 5 (cinco) dias, incidindo a CONTRATADA, no caso do não atendimento desta disposição, na multa estipulada neste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO, DOS RECURSOS FINANCEIROS E DO REAJUSTE

- 3.1. O valor do presente CONTRATO é de **R\$3.750.017,49** (Três milhões setecentos e cinquenta mil dezessete reais e quarenta e nove centavos), conforme proposta constante do doc. SEI nº 058369506 e respectivas Planilhas Orçamentárias.

TIPO UNIDADE	NOME DA UNIDADE	VALOR CONTRATO
EMEF	DE GAULLE, GEN.	R\$ 585.222,20
EMEI	VIRIATO CORREIA	R\$ 354.380,97
CIEJA	CLÓVIS CAITANO MIQUELAZZO	R\$ 441.972,19
EMEI	COMPOSITOR SILVIO CALDAS	R\$ 281.544,29
CEI	FRANCISCO PEREZ, VER.	R\$ 212.348,77
CEI IND	FREI SÉRGIO CALIXTO VAL VERDE	R\$ 211.996,93
EMEI	FÁTIMA REGINA DA CRUZ SABINO CALAÇA, PROF ^a	R\$ 374.226,49
EMEF	ROBERTO PLÍNIO COLACIOPPO, PROF	R\$ 453.556,59
CEI IND	MARTA CONOVALOV VAELATTI, PROF ^a	R\$ 179.464,73
CEI	VILA MISSIONÁRIA	R\$ 243.110,64
EMEI	NEUSA MARIA ROSSI	R\$ 412.193,69
VALOR TOTAL - LOTE 4		R\$3.750.017,49

- 3.2. Todos os custos e despesas necessários à correta execução do ajuste estão inclusos no preço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, em conformidade com o estatuído no Edital e seus Anexos, constituindo a única remuneração devida pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

- 3.3. As despesas decorrentes desta contratação serão remuneradas com recursos próprios da SPObras, oriundos do Contrato nº 128/SIURB/2021.
- 3.4. Os preços contratuais não serão reajustados, em cumprimento ao estabelecido nas normas federais e municipais pertinentes porque o prazo de execução dos serviços é inferior a 01 (um) ano.
- 3.5. Autorizada a prorrogação, se o prazo de vigência do Contrato ultrapassar o período de 01 (um) ano, desde que sem culpa da CONTRATADA, serão aplicáveis as disposições legais pertinentes, de acordo com a Lei Federal n.º 10.192/01, Decreto n.º 48.971/07.
- 3.5.1. Será utilizado o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, conforme estabelecido na Portaria SF/389/2017;
- 3.5.2. O marco inicial para o cômputo do período de reajuste será a data base da Proposta, nos termos do que dispõe a Lei Federal n.º 10.192/2001, e o primeiro reajuste será concedido no mês do aniversário do contrato.
- 3.6. As condições ou a periodicidade dos reajustes de preços anteriormente estipuladas poderão vir a ser alteradas, caso ocorra a superveniência de normas federais ou municipais que disponham de forma diversa sobre a matéria.

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

- 4.1. A fiscalização dos trabalhos será feita pela SPObras. No documento correspondente à Ordem de Início, a CONTRATANTE indicará o engenheiro que ficará responsável pela Fiscalização, o qual manterá todos os contatos com a CONTRATADA e determinará as providências necessárias, podendo embargar as obras, rejeitá-las no todo ou em parte e determinar o que deve ser feito.
- 4.2. Compete à CONTRATADA:
- 4.2.1. Assumir integral responsabilidade pela boa e eficiente execução das obras e/ou serviços, que deverão ser efetuados de acordo com o estabelecido nas normas deste contrato, documentos técnicos fornecidos, normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e a legislação em vigor, assim como pelos danos decorrentes da realização dos referidos trabalhos;
- 4.2.2. A CONTRATADA deverá comunicar à Fiscalização, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data fixada na Ordem de Início, o seu preposto que, uma vez aceito pela CONTRATANTE, a representará na execução do Contrato;
- 4.2.3. O preposto não poderá ser substituído sem prévia anuência da CONTRATANTE;
- 4.2.4. Manter, na direção dos trabalhos, preposto aceito pela CONTRATANTE;
- 4.2.5. Remover, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, o pessoal cuja permanência for julgada inconveniente pela CONTRATANTE;

- 4.2.6. Retirar do local dos trabalhos todo o material imprestável;
- 4.2.7. Refazer, às suas expensas, os serviços executados em desacordo com o estabelecido neste Contrato e os que apresentem defeito de material ou vício de execução;
- 4.2.8. Manter na obra Livro de Ordem para anotações de todos os fatos ocorridos durante a execução das obras e/ou serviços.
- 4.2.8.1. A Fiscalização anotarás as visitas efetuadas, defeitos e problemas constatados e, em particular, os atrasos no cronograma, consignando eventuais recomendações à empresa CONTRATADA.
- 4.2.8.2. A não observância das recomendações inseridas na referida caderneta sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas na Cláusula Sétima deste instrumento.
- 4.2.9. Fornecer e colocar no local das obras, placa(s) indicativa(s), conforme padrão a ser fornecido pela Fiscalização, nos moldes estabelecidos nos incisos IV e V do artigo 1º, da Lei Municipal n.º 10.953/91.
- 4.2.10. Arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, bem como por todas as despesas necessárias à realização dos serviços, custos com fornecimento de materiais, mão de obra e demais despesas indiretas.
- 4.2.11. Responder pelo cumprimento das normas de segurança do trabalho, devendo exigir de seus funcionários o uso dos equipamentos de proteção individual.
- 4.2.12. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços e obras que tenham vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 4.2.13. Assumir integral responsabilidade pelos danos causados diretamente à SPOBRAS ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento pela SPObras, do desenvolvimento dos serviços e obras deste Contrato.
- 4.2.14. Fornecer, no prazo estabelecido pela SPObras, os documentos necessários à lavratura de Termos Aditivos e de Recebimento Provisório e/ou Definitivo, sob pena de incidir na multa pelo descumprimento de cláusula contratual, conforme Cláusula Décima Primeira deste instrumento.
- 4.2.15. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação apresentadas por ocasião do procedimento licitatório.

- 4.2.16. Manter durante toda execução do contrato, os profissionais indicados, por ocasião da licitação, para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional, admitindo-se sua substituição, mediante prévia aprovação da SPObras, por profissionais de experiência equivalente ou superior.
- 4.2.17. Todos os produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa, que porventura sejam necessários na execução das obras e serviços objeto do presente contrato, deverão ser de procedência legal, obrigando-se a CONTRATADA a comprovar, que atende aos requisitos fixados no artigo 2º, inciso III, do Decreto nº 50.977, de 06 de novembro de 2009.
- 4.2.18. Apresentar a competente Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;
- 4.2.19. As despesas decorrentes de acidente de trabalho, não cobertas pelo seguro, correrão por conta da CONTRATADA.
- 4.2.20. Elaborar RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DE EVOLUÇÃO EXECUTIVA DOS SERVIÇOS DATADO E GEORREFERENCIAMENTO. As fotos deverão ser inseridas de forma sequencial e anexadas cronologicamente e cumulativamente, visando o registro fotográfico completo de desenvolvimento dos serviços. Em cada folha em formato A4, sentido paisagem, deverá conter uma sequência mínima de 6 (seis) fotos do mesmo serviço por ambiente, de acordo com o memorial descritivo tiradas do mesmo ângulo. Cada sequência de fotos deve identificar claramente o local, bem como o serviço executado. A evolução do mesmo serviço em cada ambiente deverá ser documentada através de inserções a cada medição, das fotos correspondentes sequenciais na(s) mesma(s) folha(s). A somatória de todas as sequencias de fotos de cada serviço devem ser anexadas de forma cumulativa durante as medições parciais e, na medição final, toda a sequência completa de todos os serviços.

4.2.20.1. O relatório fotográfico deve constar data das fotos.

4.3. Compete à CONTRATANTE (SPObras), por meio da Fiscalização:

- 4.3.1. Fornecer à CONTRATADA todos os elementos indispensáveis ao início dos trabalhos;
- 4.3.2. Esclarecer, prontamente, as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA;
- 4.3.3. Expedir, por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à CONTRATADA;
- 4.3.4. Autorizar as providências necessárias junto a terceiros;
- 4.3.5. Promover, com a presença da CONTRATADA, as medições dos serviços executados e encaminhar a mesma para pagamento;
- 4.3.5.1. Na falta de interesse da CONTRATADA em participar da elaboração da medição a mesma deverá ser processada pela fiscalização.
- 4.3.6. Transmitir, por escrito, as instruções sobre modificações de planos de trabalho, projetos, especificações, prazos e cronograma;



- 4.3.7. Solicitar parecer de especialista em caso de necessidade;
- 4.3.8. Acompanhar os trabalhos, desde o início até a aceitação definitiva, verificando a perfeita execução e o atendimento das especificações, bem como solucionar os problemas executivos;
- 4.3.9. Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste Contrato e das disposições legais que o regem;
- 4.3.10. Registrar no Livro de Ordem:
- a) a veracidade dos registros feitos pela CONTRATADA;
 - b) seu juízo sobre o andamento dos trabalhos, comportamento do preposto e do pessoal;
 - c) outros fatos ou observações cujo registro se tornem convenientes.
- 4.3.11. Providenciar relatório I registro fotográfico de todas as etapas (antes, durante e depois) da execução dos serviços, e a sua junção ao respectivo processo da obra e, TAMBÉM, ao processo de medição, conforme padronizado em TERMO DE REFERÊNCIA.
- 4.3.11.1. O relatório fotográfico deve constar data das fotos.
- 4.3.12. Manter o processo de contratação atualizado, constando desde todos os relatórios de vistoria, ordens de serviço e demais documentos especificados nos itens anteriores.

CLAÚSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

- 5.1. A CONTRATADA se obriga a aceitar, pelos mesmos preços e nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que lhe forem determinados, nos termos da Lei Municipal n.º 13.278/2002 e alterações posteriores, Decreto Municipal n.º 44.279/2003, acolhidas as normas gerais da Lei Federal n.º 13.303/2016 e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da São Paulo Obras – SPObras.

CLÁUSULA SEXTA – DA MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO

- 6.1. A medição mensal dos serviços executados deverá ser requerida pela CONTRATADA, junto ao protocolo da Unidade Fiscalizadora, a partir do primeiro dia útil posterior ao período de execução dos serviços;
- 6.2. A medição deverá ser liberada pela Fiscalização no máximo até o décimo quinto dia a partir do primeiro dia útil posterior ao período de execução dos serviços, desde que a Detentora atenda todos os requisitos necessários à sua liberação. Em caso de dúvida ou divergência, a Fiscalização liberará para pagamento a parte incontestada dos serviços;
- 6.3. No processamento de cada medição, nos termos da Lei Municipal n.º 14.097, de 08 de dezembro de 2005, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 47.350/06 e Portaria SF n.º 072 de 06 de junho de 2006, a CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, apresentar a Nota Eletrônica Fiscal, devendo o ISS – Imposto Sobre Serviços ser recolhido de acordo com o disposto na Lei Municipal n.º 13.476, de 30 de dezembro de 2002, alterada pela Lei

n.º 14 865, de 29 de dezembro de 2008. Fica o responsável tributário independentemente da retenção do ISS, obrigado a recolher o imposto integral, multas e demais acréscimos legais na conformidade da legislação, eximida, neste caso, a responsabilidade do prestador de serviços;

6.4. A CONTRATADA deverá, ainda, no processo de medição, comprovar o pagamento das contribuições sociais, mediante a apresentação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – e Informações a Previdência Social – GFIP – e a Guia de Previdência Social – GPS –, bem como da folha de pagamento dos empregados vinculados à Nota Fiscal Eletrônica;

6.5. Como condição para recebimento das obras ou serviços, em cada medição realizada o contratado apresentará os seguintes documentos:

a) declaração de utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, quando esta for a hipótese, acompanhada das respectivas notas fiscais de sua aquisição;

b) no caso de utilização de produtos ou subprodutos de madeira de origem nativa, nos termos do Decreto n.º 50.977, de 06 de novembro de 2009, deverão ser entregues à CONTRATANTE os seguintes documentos:

1) original ou cópia autenticada das notas fiscais de aquisição dos produtos e subprodutos de madeira, tanto de origem nativa quanto de origem exótica;

2) documento de Origem Florestal – DOF, expedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;

3) comprovante de que o fornecedor dos produtos ou subprodutos de madeira de origem nativa encontra-se cadastrado no Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;

4) documento de Origem Florestal – DOF ou original da declaração de emprego de produtos ou subprodutos de madeira de origem exótica.

c) no caso de utilização de produtos de empreendimentos minerários, nos termos do Decreto n.º 48.184, de 13 de março de 2007, deverão ser entregues ao CONTRATANTE os seguintes documentos:

1) notas fiscais de aquisição desses produtos;

2) na hipótese de o volume dos produtos minerários ultrapassar 3m³ (três metros cúbicos), cópia da última Licença de Operação do empreendimento responsável pela extração dos produtos de mineração, emitida pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, quando localizado no Estado de São Paulo, ou de documento equivalente, emitido por órgão ambiental competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, no caso de empreendimentos localizados em outro Estado.

6.6. A medição final dos serviços somente será encaminhada a pagamento quando resolvidas todas as pendências, inclusive quanto a atrasos e multas relativas ao objeto do contrato

6.7. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega de cada nota fiscal ou nota fiscal fatura.

- 6.7.1. Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.
- 6.7.2. Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Administração, a CONTRATADA terá direito à aplicação de compensação financeira, nos termos da Portaria SF n.º 05, de 05/01/2012.
- 6.7.3. Para fins de cálculo da compensação financeira de que trata o item acima, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% "pro-rata tempore"), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.
- 6.7.4. O pagamento da compensação financeira dependerá de requerimento a ser formalizado pela CONTRATADA.
- 6.8. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com a execução dos serviços, mediante apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota(s) fiscal(is)/fatura, bem como de cópia reprográfica da nota de empenho, acompanhada, quando for o caso, do recolhimento do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza do mês de competência, descontados os eventuais débitos da CONTRATADA, inclusive os decorrentes de multas.
- 6.8.1. No caso de prestadores de serviço com sede ou domicílio fora do Município de São Paulo, deverá ser apresentada prova de inscrição no CPOM – Cadastro de Empresas Fora do Município, da Secretaria Municipal de Finanças, nos termos dos artigos 9º-A E 9º-B da Lei Municipal n.º 13.701/2003, com redação da Lei Municipal n.º 14.042/05 e artigo 68 do Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, aprovado pelo Decreto Municipal n.º 50.896/09.
- 6.8.2. Não sendo apresentado o cadastro mencionado no subitem anterior, o valor do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, incidente sobre a prestação de serviços objeto do presente, será retido na fonte por ocasião de cada pagamento, consoante determina o artigo 9º-A e seus parágrafos 1º e 2º, da Lei Municipal n.º 13.701/2003, acrescentados pela Lei Municipal n.º 14.042/05, e na conformidade do Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, aprovado pelo Decreto Municipal n.º 50.896/09 e da Portaria SF n.º 101/05, com as alterações da Portaria SF n.º 118/05.
- 6.9. Na hipótese de existir nota de retificação e/ou nota suplementar de empenho, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos.
- 6.10. A CONTRATADA deverá apresentar, a cada pedido de pagamento, os documentos a seguir discriminados, para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes:
- a) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – F.G.T.S., fornecido pela Caixa Econômica Federal;

- b) Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros – CND – ou outra equivalente na forma da lei;
- c) Certidão negativa de débitos de tributos mobiliários do Município de São Paulo;
- d) Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- e) Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura devidamente atestada;
- f) Folha de Medição dos Serviços;
- g) Relação dos trabalhadores constatare no arquivo SEFIP;
- h) Folha de frequência dos empregados vinculados à execução contratual;
- i) Folha de pagamento dos empregados vinculados ao contrato relativos ao mês da prestação do serviço;
- j) Cópia do Protocolo de envio de arquivos, emitido pela conectividade social (GFIP/SEFIP);
- k) Cópia da Relação dos Trabalhadores constantes do arquivo SEFIP do mês anterior ao pedido de pagamento;
- l) Cópia da Guia quitada do INSS (GPS), correspondente ao mês da última fatura vencida;
- m) Cópia da Guia quitada do FGTS (GRF), correspondente ao mês da última fatura vencida.
- n) Guias de recolhimentos da GFIP/SEFIP, cópias reprográficas nos termos da legislação em vigor;
- o) Comprovante de que todos os empregados vinculados ao contrato recebem seus pagamentos em agência bancária localizada no Município ou na região onde serão prestados os serviços;
- p) No pagamento relativo ao último mês de prestação dos serviços, cópia dos termos de rescisão dos contratos de trabalho, devidamente homologados, dos empregados vinculados à prestação dos respectivos serviços, ou comprovação de realocação dos referidos empregados para prestar outros serviços.

6.10.1. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

6.11. Por ocasião de cada pagamento, serão feitas as retenções eventualmente devidas em função da legislação tributária.

6.12. A não apresentação de certidões negativas de débito, ou na forma prevista no subitem 6.7, não impede o pagamento, porém será objeto de aplicação de penalidade ou rescisão contratual, conforme o caso.

6.13. O pagamento ser efetuado por crédito em conta corrente, no BANCO DO BRASIL S/A, conforme estabelecido no Decreto n.º 51.197/2010, publicado no DOC do dia 22 de janeiro de 2010.

6.14. Fica ressalvada qualquer alteração por parte da Secretaria Municipal de Finanças, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

6.15 A SPObras estará impedida de efetivar qualquer pagamento à CONTRATADA, no caso de seu registro no Cadastro Informativo Municipal (CADIN MUNICIPAL), nos termos da Lei Municipal nº 14.094/05 e Decreto Municipal nº 47.096/06.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CONTRATO E DA RESCISÃO

- 7.1. O presente contrato é regido pelas disposições da Lei Federal n.º 13.303/2016 e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da São Paulo Obras – SPObras combinados com a Lei Municipal n.º 13.278/2002, Decreto Municipal n.º 44.279/2003 e demais normas complementares aplicáveis à espécie.
- 7.2. O ajuste poderá ser alterado nas hipóteses previstas no artigo 126 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da São Paulo Obras – SPObras.
- 7.3. A CONTRATANTE se reserva o direito de promover a redução ou acréscimo do percentual de 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato, nos termos deste.
- 7.4. Dar-se-á a rescisão do contrato em qualquer dos motivos especificados no artigo 137 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da São Paulo Obras – SPObras, bem assim o referido no parágrafo único do artigo 29 a Lei Municipal nº 13.278/2002, independentemente da notificação ou interpelação judicial.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 8.1. A execução dos serviços será feita conforme o Termo de Referência, Anexo I do Edital da licitação que precedeu este ajuste, e dele faz parte integrante para todos os fins.
- 8.2. A execução dos serviços objeto deste contrato deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização, pela CONTRATANTE, atestado esse que deverá acompanhar os documentos para fins de pagamento conforme Cláusula Sétima.
- 8.2.1. A fiscalização será exercida de acordo com o Decreto Municipal nº 54.873/14.
- 8.3. O objeto contratual será recebido consoante às disposições do artigo 150 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da São Paulo Obras – SPObras e demais normas municipais pertinentes.
- 8.4. O objeto contratual será recebido mensalmente mediante relatório de medição dos serviços executados no mês, emitido pela CONTRATADA, sendo tal relatório submetido à fiscalização da CONTRATANTE, que, após conferência, atestará se os serviços foram prestados a contento, atestado esse que deverá ser acompanhado de fatura ou nota-fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da nota de empenho, para fins de pagamento.
- 8.5. Havendo inexecução de serviços, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observados os trâmites legais e os princípios do contraditório e ampla defesa.

- 8.5.1. O recebimento e aceite do objeto pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços, materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas no Anexo I, verificadas posteriormente.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

- 9.1. Pelo descumprimento das obrigações assumidas a CONTRATADA estará sujeita às penalidades previstas na Lei Federal n.º 13.303/2016 e no Regulamento de Licitações e Contratos da São Paulo Obras – SPObras, Lei Municipal n.º. 13.278/02, Decreto Municipal n.º 44.279/03 e Portaria n.º. 24/SIURB-G/2020 publicada no DOC de 10/09/2020, estando sujeita ainda às seguintes multas, cujo cálculo tomará por base o valor do contrato reajustado nas mesmas bases do ajuste:

9.1.1. Advertência;

9.1.2. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato por dia de atraso no início das obras e l ou serviços, até o limite de 20 (vinte) dias corridos, sob pena de rescisão contratual;

9.1.3. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, por sua inexecução total;

9.1.3.1. A inexecução total do contrato poderá ensejar sua rescisão nos termos do artigo 137 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da São Paulo Obras – SPObras, podendo a empresa ser suspensa para licitar, impedida de contratar com a Administração Pública pelo período de até 02 (dois) anos, e ainda, se for o caso, ser declarada inidônea.

9.1.4. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo contratual por sua inexecução parcial;

9.1.4.1. A inexecução parcial do contrato poderá ensejar sua rescisão nos termos do artigo 137 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da São Paulo Obras – SPObras, podendo a empresa ser suspensa para licitar, impedida de contratar com a Administração Pública pelo período de até 02 (dois) anos.

9.2. Multa de 1% (um por cento) do valor contratual para cada subitem não cumprido da Clausula quinta do Contrato;

9.2.1. Multa pelo descumprimento de cláusula contratual: 2,5% (dois vírgula cinco por cento) sobre o valor total do contrato;

9.3. As multas eventualmente aplicadas serão irreversíveis, mesmo que os atos ou fatos que as originaram sejam reparados.

9.4. As multas previstas não têm caráter compensatório, mas meramente moratório, e pagamento não exime CONTRATADA da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato tenha acarretado.

9.5. A abstenção por parte da SPObras, do uso de quaisquer das faculdades contidas no instrumento contratual e neste Edital, não importa em renúncia ao seu exercício.

- 9.6. A aplicação de qualquer penalidade prevista neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas na Lei n.º 13.303/2016 e no Regulamento Interno de Licitações da São Paulo Obras – SPObras, na Lei Municipal n.º 13.278/02, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 44.279/03, no que couber.
- 9.7. Os atrasos injustificados superiores a 30 (trinta) dias corridos serão obrigatoriamente considerados como inexecução total do instrumento.
- 9.8. O valor da multa será atualizado monetariamente, nos termos da Lei 10.734/89, Decreto 31.503/92, e alterações subsequentes.
- 9.9. As importâncias relativas às multas serão descontadas do primeiro pagamento a que tiver direito a CONTRATADA, desde que obedecido o devido processo legal, nos termos do artigo 54 e seguintes do Decreto 44.279/03.
- 9.10. Caso o valor da multa seja superior ao da garantia prestada, além de sua perda, responderá a CONTRATADA pela diferença apurada.
- 9.11. A CONTRATADA estará sujeita, ainda, às sanções penais previstas na Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA

- 10.1. Para garantir a execução deste contrato, a CONTRATADA prestou garantia no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor estabelecido no item 3.1. deste contrato.
- 10.2. Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a CONTRATADA será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, de forma a que corresponda sempre a mesma percentagem estabelecida.
- 10.2.1. O não cumprimento do disposto na cláusula supra, ensejará aplicação da penalidade estabelecida no item 9.2. deste contrato.
- 10.3. A garantia exigida pela Administração poderá ser utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato, inclusive nos termos da Orientação Normativa 2/12 – PGM, e/ou de multas aplicadas à empresa CONTRATADA.
- 10.4. A garantia contratual será devolvida após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, mediante requerimento da CONTRATADA, que deverá vir acompanhado de comprovação, contemporânea, da inexistência de ações distribuídas na Justiça do Trabalho que possam implicar na responsabilidade subsidiária do ente público, condicionante de sua liberação, nos termos da Orientação Normativa 2/12 – PGM.
- 10.5. A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da interessada, respeitadas as modalidades referidas no artigo 116, §1º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da São Paulo Obras – SPObras.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

- 11.1. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.
- 11.2. Todas as comunicações, avisos ou pedidos, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente contrato, serão dirigidos aos seguintes endereços:
- 11.3. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.
- 11.4. Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste termo de contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.
- 11.5. A Administração reserva-se o direito de executar através de outras contratadas, nos mesmos locais, serviços distintos dos abrangidos na presente contratação.
- 11.6. A CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 11.7. No ato da assinatura deste instrumento foram apresentados todos os documentos exigidos no item 15 do edital.
- 11.8. Ficam fazendo parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos legais, o edital da licitação que deu origem à contratação, com seus Anexos, Proposta da CONTRATADA e a ata da sessão pública do pregão, inseridos no Processo SEI 6022.2021/0003270-8, bem como, as Normas Administrativas da SPObras, a seguir relacionadas:
- NA030.00 – Procedimentos e Fluxos de Informação para Pagamentos;
 - NA034.03 – Atestado de Capacidade Técnica e Atestado de Desempenho Profissional;
 - NA039.00 – Emissão e Controle de Documentos ART e RRT;
 - NA041.00 – Atas, Termos e Recibos;
 - Orientações de Preenchimento de ART - RRT – TRT.
- 11.9. O presente ajuste, o recebimento de seu objeto, suas alterações e rescisão obedecerão a Lei Municipal n.º 13.278/2002, a Lei Federal n.º 13.303/2016, o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da São Paulo Obras – SPObras e demais normas pertinentes, aplicáveis à execução dos serviços e especialmente aos casos omissos.
- 11.10. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não

relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

11.11. A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o foro desta Comarca para todo e qualquer procedimento judicial oriundo deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

E para firmeza e validade de tudo quanto ficou estabelecido, lavrou-se o presente termo de contrato, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado e rubricado pelas partes contratantes e duas testemunhas presentes ao ato.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2022.

Pela SPObras:

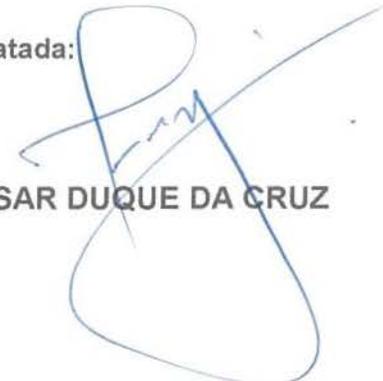


ADRIANA BOGGIO
Diretora de Obras



PAULO HENRIQUE BISPO DE OLIVEIRA
Diretor Administrativo e Financeiro,

Pela Contratada:



JULIO CESAR DUQUE DA CRUZ
Sócio